

ONTEM, LUTA PELA TERRA; HOJE, MONUMENTO HISTÓRICO: A REVOLTA DOS POSSEIROS NO SUDOESTE DO PARANÁ EM SUAS VARIADAS VERSÕES *

Sílvia Maria Amancio **

O ano de 2007 foi especial para os moradores da Região Sudoeste do Paraná, pois eles comemoraram o cinquentenário da “Revolta dos Posseiros”, uma luta que marcou a própria constituição cultural da população da região. Após o conflito, as terras da região foram tituladas a favor dos posseiros, êxito que ainda se faz presente na memória regional.

Em meados do século XX o Sudoeste Paranaense era ocupado basicamente por posseiros. Muitos haviam se instalado na região através da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), outros vieram de forma independente e ocuparam ou compraram seu quinhão de outro posseiro; mas em nenhum dos casos receberam título de posse, pois as terras da região encontravam-se em situação litigiosa.

Apesar disso, em 1951 a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) instalou escritórios na região e, dizendo possuir o título de propriedade das terras, começou a cobrar por elas. É interessante notar que a transação que permitiu à CITLA tornar-se dona “legal” daquelas terras foi facilitada pelo fato de Moisés Lupion (Partido Social Democrata – PSD), governador do Estado no período, ser, conforme bibliografia disponível, um dos seus principais acionistas da citada empresa, tanto que no período compreendido entre 1951 e 1955, quando o Paraná foi governado por Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a presença da companhia quase não foi percebida.

Em 1956, a volta de Lupion ao governo possibilitou o retorno da CITLA, que, juntamente com suas subsidiárias Comercial e Apucarana, passou a exigir a assinatura de contratos e a quitação, por parte dos posseiros, dos débitos decorrentes de estarem na posse e usufruto das terras que pertenceriam às companhias.

* Resumo recebido em 30/08/2009 e aprovado em 15/09/2009.

** Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá, com a dissertação “*Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná em suas variadas versões*”, defendida em 2009, sob orientação do Prof. Dr. Angelo Priori.

Destarte os interesses conflitantes gerados em torno da posse da terra no Sudoeste do Paraná fizeram surgir dois grupos contrários: de um lado o dos posseiros, que se julgavam os donos por direito das terras da região e, de outro, o das companhias imobiliárias, que, beneficiadas pelo governo estadual, acreditavam ser as donas legais das mesmas terras. O conflito expandiu-se na medida em que mais grupos antagônicos associaram-se aos fatos: defendendo a causa dos posseiros, destacam-se a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e jornais como O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná; favoráveis às empresas colonizadoras sobressaem o Partido Social Democrata (PSD), partido do governador Moisés Lupion, e os jornais Gazeta do Povo e O Dia. Os diferentes agentes se envolveram neste conflito em busca por ideais, poderes e/ou privilégios.

Reconhecendo-se como grupo antagônico às companhias, os posseiros primeiramente negaram-se a pagar os valores exigidos pela posse da terra que cultivavam. Ao se negarem a efetuar o pagamento, a violência passou a ser utilizada como uma forma de convencimento. O medo e a tensão tomaram conta da região. Os jagunços foram os elementos mais utilizados para forçar os pagamentos pela terra. Essa situação fez com que se forjasse o embrião da resistência armada que alcançou seu auge em 1957, quando milhares de posseiros tomaram as ruas das cidades sudoestinas, invadiram os escritórios das companhias e destruíram os documentos que um dia muitos deles haviam sido obrigados a assinar. Essa reação alcançou a cena pública, ganhando destaque nos jornais e nos discursos proferidos na Câmara e no Senado. Em função dessa resistência e repercussão, a questão das terras do Sudoeste continuou a ser tratada nas esferas políticas, possibilitando, a partir de 1962, com o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), que as terras da região fossem tituladas de acordo com as posses que já existiam. Assim o fato de os municípios do Sudoeste Paranaense possuírem grande quantidade de pequenas propriedades resultou da resistência dos agricultores posseiros em 1957.

Essa vitória marcou o Sudoeste do Paraná. A Revolta dos posseiros foi apropriada pela população sudoestiana e transformada em símbolo histórico e cultural em toda a região. Hoje, mais do que uma luta pela terra, o conflito de 1957 foi convertido em monumento histórico: a memória coletiva da região tornou a Revolta dos Posseiros um símbolo da própria formação do Sudoeste Paranaense, algo que é celebrado com júbilo pela população local. Essa ênfase apresentada aos acontecimentos

do período pode ser visualizada nas celebrações do cinquentenário da revolta dos posseiros, que foi rememorada em suas vitórias e êxitos, por ter sido considerada o único levante vitorioso no Brasil.

O contexto histórico e social em que a Revolta dos Posseiros ocorreu apresenta uma característica interessante: foi um momento em que as revoltas camponesas eclodiram com maior frequência em várias regiões do Brasil, demonstrando que o homem do campo não é tão passivo e tão submisso conforme é visto por parte da historiografia. Dessas revoltas, contudo, o levante dos posseiros em 1957 realmente demonstrou maior destaque por ter alcançado seu objetivo principal, qual seja, a resolução do impasse jurídico que imperava nas terras do Sudoeste do Paraná. A título de exemplo, a Revolta de Porecatu, ocorrida no Norte do Estado entre 1948-1951, foi dissolvida pelos agentes da DOPS, empenhados na manutenção da ordem e da segurança públicas, tornando sem efeito a resistência desempenhada pelos posseiros do local.

A princípio nosso objetivo foi estudar a revolta de 1957 basicamente por meio da documentação produzida pela polícia política paranaense, mas ao entrarmos em contato com o acervo policial, observamos que os recortes de jornais formavam o grosso da documentação policial sobre a Revolta dos Posseiros, demonstrando que a polícia política esteve interessada nos discursos divulgados sobre os acontecimentos. Em 1957 o Paraná era governado por Moisés Lupion, do PSD. Levando em consideração a disputa política entre os três partidos majoritários no momento – PSD, PTB e UDN – e o fato de os jornais apresentarem as notícias de acordo com sua posição político-partidária, observamos que os diferentes periódicos editados no período articularam seu discurso de forma a favorecer determinado partido. Nesse sentido, os recortes arquivados pela DOPS/PR apresentam prós e contras em relação à revolta dos posseiros, trazendo à tona versões políticas opostas sobre o conflito de 1957. Dessas versões apenas uma é apresentada pela maioria da bibliografia que trata da revolta: a que tece críticas ao governo e privilegia, na narração dos fatos, a ação dos líderes da revolta.

Buscando romper com essa visão histórica, analisaríamos as duas versões divulgadas na época, a partir da documentação da polícia política paranaense, na intenção de possibilitar uma avaliação menos parcial da revolta dos posseiros; porém 2007 foi um ano de grandes comemorações no Sudoeste Paranaense pelo cinquentenário do evento, nas quais a memória coletiva sobre o conflito foi tratada com grande ênfase. Diferentemente de 1957, quando os jornais apontavam os posseiros

como “coitadinhos”, “bandidos” ou “fantoques da oposição”, hoje eles são tratados como heróis que, por sua luta, conquistaram o Sudoeste. A memória coletiva responsabilizou-se por transformar a revolta dos posseiros em símbolo histórico para a região. Ocultando os conflitos e contradições, 1957 é tratado, agora, como um monumento.

Assim, além das versões contemporâneas sobre a revolta, tivemos a oportunidade de utilizar como fonte histórica as versões atuais sobre 1957, cuja memória heroifica os posseiros e os isenta de qualquer crime. Nesse sentido, poderíamos traçar um paralelo entre o passado e o presente, a fim de apresentar uma nova visão sobre a revolta dos posseiros do Sudoeste, identificando conflitos, contradições e significados ainda não analisados sobre a luta.

Para isso seria necessário trazer à cena histórica as versões das pessoas comuns que, direta ou indiretamente, participaram do conflito de 1957. Essas informações puderam ser obtidas através do trabalho de Ivo Pegoraro, jornalista de Francisco Beltrão, o qual, em função do cinquentenário do movimento, publicou uma série de entrevistas que realizou com contemporâneos do conflito. Essas entrevistas nos oferecem versões que apresentam informações relevantes sobre o significado da revolta para as pessoas comuns, as quais não são lembradas pela história por não terem se destacado enquanto líderes do conflito.

Neste sentido, buscamos no presente trabalho analisar as formas como a revolta dos posseiros foi apropriada na época em que ocorreu e como é tratada hoje, mais de 50 anos depois, e para isso utilizamos como fonte histórica as diferentes versões apresentadas sobre o conflito: os discursos jornalísticos, os discursos políticos, a memória coletiva atual e as lembranças dos contemporâneos, sem deixar de considerar, também, as questões que a historiografia destacou sobre o tema. Inicialmente realizamos uma pesquisa sobre o tema no Arquivo Público do Estado do Paraná, mais especificamente na seção onde ficam arquivados os documentos produzidos pela polícia política paranaense no período em que exerceu suas atividades no Estado, entre as décadas de 1920 e 1980. Em relação à revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957, a grande maioria dos arquivos corresponde a recortes de jornais que noticiaram e/ou opinaram sobre os acontecimentos do Sudoeste do Paraná. Apesar de constituírem-se em recortes, algo que dificulta a análise do jornal como um todo, essa documentação nos permitiu observar quanto a revolta dos posseiros foi apropriada pelos discursos políticos da época, tornando-se, por isso, matéria recorrente nos noticiários

jornalísticos. Assim esses recortes formaram a nossa primeira versão sobre o fato em foco, ou seja, como o conflito foi divulgado no momento em aconteceu.

Através dos recortes foi possível conhecer diversos nomes de políticos que, diariamente, discursavam em suas respectivas casas a respeito da revolta dos posseiros. A partir desses nomes selecionamos dois, Othon Mader e Gaspar Velloso, senadores em 1957, que apresentavam posições contrárias sobre a revolta. Optamos pelos discursos desses dois senadores por terem sido os mais divulgados pelos jornais que trataram da revolta dos posseiros. Claro que estes não foram os únicos políticos que trataram dos acontecimentos de 1957, porém a sua recorrência nos noticiários jornalísticos e o fato de apresentarem posições contrárias sobre o conflito, oferecendo-nos possibilidades de comparação, levaram-nos a eleger seus discursos para análise. Nesse sentido, os Anais do Senado Federal, especificamente os discursos desses dois senadores, constituíram-se na nossa segunda versão sobre o conflito, possibilitando-nos perceber como o acontecimento foi tratado por políticos defensores de posições diversas em relação aos posseiros.

Por ocasião do cinquentenário da “Revolta dos Posseiros” em 2007, muitas comemorações foram realizadas: homenagens aos líderes dos conflitos, palestras, produção de filmes e documentários. Monumentos que fazem alusão à vitória dos posseiros foram construídos em várias cidades do Sudoeste Paranaense. Esses documentos formaram nossa terceira versão sobre o conflito, uma visão romanceada que tornou a Revolta dos Posseiros um símbolo histórico para a região.

A nossa quarta versão foi constituída pelas entrevistas realizadas por Ivo Pegoraro. Apesar de ser um material produzido sob o calor das comemorações, essas entrevistas revelam parte da memória de pessoas que viveram em 1957. Como fruto de experiências vividas, essa memória está suscetível a esquecimentos e deformações, porém serviu-nos como uma importante fonte de pesquisa para o contato com informações até então ignoradas pela história da revolta dos posseiros.

Deste modo, neste trabalho, a memória coletiva e individual e a bibliografia que versa sobre a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957 puderam ser analisadas de forma comparativa, na intenção de produzirmos uma história da revolta dos posseiros menos idealizada. Assim, nosso objetivo esteve na construção de uma análise que relevasse as diferentes versões sobre 1957, com vista a encontrar

aspectos mal-explicados e contradições não divulgadas, a fim de possibilitar uma história um pouco menos parcial e mais próxima dos conflitos realmente vividos pela população do Sudoeste.

Sendo assim, essa dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, apresentamos a luta travada no Sudoeste Paranaense a partir da historiografia, destacando a questão das terras devolutas no Brasil e a forma como o camponês é visto por grande parte da história. Neste primeiro capítulo também destacamos a situação litigiosa que envolveu as terras daquela região do Paraná, a presença das companhias colonizadoras, a violência praticada na região, a reação dos posseiros e a resolução do conflito, algo que possibilitou aos sudoestinos a posse efetiva da terra que ocupavam.

No segundo capítulo trabalhamos com a documentação sobre a revolta de 1957 presente no arquivo da polícia política paranaense. Pela “lógica da suspeição”, os agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) arquivavam diferentes tipos de material para estarem intimamente informados sobre os acontecimentos e pessoas que fugiam à ordem política e social estabelecida. Neste sentido, os jornais constituíram-se como um dos veículos mais utilizados pela polícia política para obter informações sobre os acontecimentos do Sudoeste Paranaense. Considerando essa massa documental, dispensamos especial destaque às versões apresentadas pelos jornais, identificando os defensores e opositores da revolta dos posseiros, sempre relacionados aos discursos políticos vigentes no período. Do mesmo modo, para um maior conhecimento das estratégias de ação utilizadas pelos agentes da DOPS/PR, enfatizamos, por meio da documentação produzida pela polícia, alguns aspectos da vida de Walter Pecóits, médico e político amplamente divulgado como líder do conflito de 1957. Através desse destaque particular, podemos visualizar algumas incongruências entre a história hoje divulgada e os fatos vividos há cinquenta anos por este personagem.

O foco principal deste trabalho, que é a análise das versões, foi amplamente examinado no terceiro capítulo, onde enfatizamos as versões apresentadas sobre a revolta tanto em 1957 quanto no seu cinquentenário, em 2007. Primeiramente trabalhamos com as versões transmitidas pelos senadores Othon Mader (UDN) e Gaspar Velloso (PSD), proferidas no Senado durante o conflito. O primeiro caracterizava-se como oposição, criticando o governador Lupion e colocando-se como defensor dos colonos, enquanto o segundo defendia

o governo e a legalidade da CITLA. Além das versões apresentadas por esses senadores, utilizamo-nos das memórias de Rubens Martins, que, como político do PSD no período, também defendeu a atuação da empresas colonizadoras. Em contrapartida, analisamos as versões apresentadas pelos contemporâneos à revolta, pessoas que experimentaram de perto o medo e a tensão imperantes no período. Do mesmo modo, analisamos a versão transmitida pela memória coletiva que transformou a revolta no símbolo da sociedade sudoestina.

O trabalho com as versões acaba por nos levar ao campo da memória e seus riscos, pois toda memória é uma lembrança selecionada do passado em que é destacado apenas o que é de interesse de quem conta. Cabe à história esclarecer essa memória, e foi justamente isso o que buscamos fazer por meio deste trabalho: o êxito da revolta dos posseiros de 1957 fez com que o conflito se tornasse um monumento histórico, que a serviço da memória recorda apenas os fatos relevantes para a exaltação da identidade regional. Da mesma forma, os discursos políticos e jornalísticos transmitidos durante a revolta também foram tratados com parcialidade, de modo que cada versão publicada continha apenas o que era interessante divulgar ou criticar sobre cada político ou partido. Por sua vez, os contemporâneos que narram os fatos de 1957, cinquenta anos após terem vivenciado os acontecimentos, igualmente rememoram apenas o que lhes convém, ocultando algumas experiências e realçando outras. Assim, analisando essas diferentes versões, foi-nos possível estabelecer contradições e relações entre a história amplamente divulgada e a que, conforme as versões, provavelmente aconteceram em 1957.

